

ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO: UM POUCO DE HISTÓRIA NA SALA DE AULA NA ESCOLA MUNICIPAL 16 DE MARÇO - ESCOLA DO CAMPO

Vaneide da Silva¹
Giselle Alcântara Paraíso²
Ângela Maria das Neves³

RESUMO

O presente estudo tem como finalidade apresentar os avanços teórico-metodológicos na área da alfabetização, tanto na perspectiva teórica quanto na perspectiva da prática pedagógica. Portanto, objetivamos repensar a aquisição da língua escrita, por intermédio da alfabetização e do letramento, práticas significativas que extrapolam o espaço escolar, que estimulam a leitura e a produção escrita em atividades mais avançadas e complexas que as práticas do ler e do escrever, resultante da aprendizagem do sistema de escrita, proposto nas atividades de sala de aula. Antecedendo toda a discussão teórica, foi traçado um histórico sobre a alfabetização. O estudo das teorias de Cagliari (1998), Colello (2004), Peixoto (2004), Soares (2000), entre outros autores que nos possibilitaram o embasamento teórico possibilitando, assim, um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvem o alfabetizar letrando. A metodologia de coleta de dados é a de estudo de caso, a qual nos possibilitou analisar as hipóteses de escrita, construídas por duas crianças durante o 1º ano do ciclo de alfabetização. Acreditamos que este estudo contribuirá para um repensar do educador atuante nas classes de alfabetização, onde o mesmo refletirá sobre sua prática pedagógica, podendo reconstruí-la. Assim como a alfabetização e o Letramento são processos que caminham juntos, este trabalho, em específico, busca repensar aquisição da língua escrita, baseado no alfabetizar letrando. Diante dessa temática, proponho o seguinte problema: Como se dá a aquisição da língua escrita através do Alfabetizar Letrando? Segundo a problemática abordada, busca-se elucidar as seguintes questões: Compreender o papel histórico da alfabetização ao longo dos anos e repensar a aquisição da língua escrita em uma visão de alfabetizar letrando. Segundo Soares (2000), "alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita". Portanto, neste estudo, vamos analisar as hipóteses de escrita construídas por duas crianças que, no ano de 2017, frequentam o 1º ano do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental na Escola Municipal 16 de Março, situada na zona rural no município de Cáceres- MT.

PALAVRAS-CHAVE: alfabetização. Letramento. Ensino.

2.Graduada em Pedagogia.
2.Graduada em Pedagogia.
2.Graduada em Pedagogia.

1. INTRODUÇÃO

Quem inventou a escrita inventou ao mesmo tempo as regras da alfabetização, ou seja, as regras que permitem ao leitor decifrar o que está escrito, entender como o sistema de escrita funciona e saber como usá-lo apropriadamente. A alfabetização é, pois, tão antiga quanto os sistemas de escrita. De certo modo, é a atividade escolar mais antiga da humanidade (CAGLIARI, 1998, p. 12).

O presente estudo tem como enfoque principal a alfabetização que, como propõe Freire e Macedo (1990), é “a relação entre o educando e o mundo, medida pela prática transformadora deste mundo” e o Letramento que, segundo Soares (2000), “é o estado em que vive o indivíduo que não só sabe ler e escrever, mas exerce as práticas sociais de leitura e escrita que circulam na sociedade em que vive”, e referenciais metodológicos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa empírica. A pesquisa bibliográfica consiste na realização de um histórico da alfabetização traçado desde o surgimento da escrita até os nossos dias, e no estudo das teorias de Cagliari (1998), Colello (2004), Peixoto (2004), Soares (2000) entre outros, possibilitando, assim, um conhecimento teórico que servirá como alicerce para a fundamentação de conceitos que envolvem o alfabetizar letrando.

Na prática, foi realizado um estudo de caso que buscou elucidar como se dá a aquisição da língua escrita construídas por duas crianças do 1º ano do Ciclo de Alfabetização, enfatizando as práticas educativas que permearam todo o processo de aprendizagem do alfabetizar letrando. O texto dos Parâmetros Curriculares Nacionais - Língua Portuguesa possibilitou a fundamentação de todo o estudo de caso.

II. A HISTÓRIA DA ESCRITA

Fatos historicamente comprovado nos relatam que a escrita surgiu do sistema de contagem, feito com marcas em cajados ou ossos, que provavelmente eram usados para contar o gado, na época em que o homem já domesticava os animais e possuía rebanhos. Essas marcas eram utilizadas, também, para as trocas e vendas, representando a quantidade de animais ou produtos negociados. Além dos números, era preciso inventar símbolos para os produtos e os nomes dos proprietários.

Segundo Cagliari (1998), no início da escrita, ser alfabetizado significava saber ler o que aqueles símbolos significavam e ser capaz de escrevê-los, repetindo um modelo mais ou menos padronizado, mesmo porque o que se escrevia era apenas um tipo de documento ou texto. Pois não havia diversidade textual.

A ampliação do sistema de escrita fez com que as pessoas abandonassem os símbolos para representar coisas e passassem a utilizar, cada vez mais, os símbolos que representassem sons da fala como, por exemplo, as sílabas. Como, em média, há cerca de 60 tipos de sílabas diferentes por língua, tornou-se muito conveniente a difusão da escrita na sociedade, pois o sistema de símbolos necessários para representar as palavras, através das sílabas, era muito reduzido e de fácil memorização.

Segundo Cagliari (1998), a escrita começou de maneira autônoma e independente, na Suméria, por volta de 3300 a.C. É muito provável que no Egito, por volta de 3000 a.C, e na China, por volta de 1500 a.C. Os maias da América Central também inventaram esse sistema de escrita, independentemente de um conhecimento prévio de outro sistema de escrita, em um tempo indeterminado ainda pela ciência, que talvez se situe por volta do início da era cristã.

Na Antiguidade, os alunos alfabetizavam-se aprendendo a ler algo escrito e, depois, copiando. Começavam com palavras soltas e, depois, passavam para textos famosos, que eram estudados exaustivamente. Finalmente, passavam a escrever seus próprios textos. O trabalho de leitura e cópia era o segredo da alfabetização.

As pessoas que não pretendiam se tornar escribas, aprendiam sem ir à escola. A alfabetização dava-se com a transmissão de conhecimentos relativos à escrita de quem os possuía para quem queria aprender. A decifração da escrita era vista como um procedimento comum. Não era preciso fazer cópias nem escrever: bastava ler. Para quem sabe ler, escrever é algo que vem como consequência.

Quando os gregos passaram a usar o alfabeto, aprender a ler e a escrever tornou-se uma tarefa de grande alcance popular. De fato, pode-se mesmo dizer que na Grécia antiga havia as escolas do alfabeto.

Os romanos assimilaram tudo o que puderam da cultura grega, inclusive o alfabeto. Práticos como sempre, acharam interessante o princípio acrofônico do alfabeto grego, mas perceberam que as letras não precisavam ter nomes especiais: era mais simples ter como nome da letra o próprio som dela. Dessa forma, manteve-se o princípio acrofônico e ficava ainda mais fácil usar o alfabeto e se

alfabetizar. Foi assim que alfa, beta, gama, delta, épsilon, etc. transformaram-se em a, bê, cê, dê, e, etc.(CAGLIARI, 1998).

Segundo Colello (2004), a alfabetização, na Idade Média, em geral ocorria menos nas escolas do que na vida privada das pessoas: quem sabia ler ensinava a quem não sabia, mostrava o valor fonético das letras do alfabeto em determinada língua, a forma ortográfica das palavras e a interpretação da forma gráfica das letras e suas variações. Aprender a ler e a escrever não era uma atividade escolar, como na Suméria ou mesmo na Grécia antiga. Nessa época, como as crianças já não iam mais à escola, as que podiam eram educadas em casa pelos pais, por alguém da família ou até mesmo por um preceptor contratado para essa tarefa. Isso se estende desde a época clássica latina até o século XVI.

A primeira manifestação desse fato aconteceu quando das letras capitais surgiram as letras minúsculas com forma gráfica diferente das antigas, que passaram a se chamar maiúsculas. Isso aconteceu sem que as letras perdessem seu valor fonético e sem que a ortografia das palavras mudasse. Agora, o usuário da escrita precisava saber que “A” e “a” são a mesma letra e, portanto, “CASA” equivale a “casa”. Isso trouxe um problema novo e complicado para a alfabetização e para os leitores em geral. Não bastava saber o alfabeto, seu princípio acrofônico e a ortografia, era preciso, ainda, saber fazer a categorização correta das formas gráficas, reconhecendo a que categoria pertence cada letra encontrada nas diferentes manifestações gráficas da escrita. .

De início, a História da educação brasileira é indissociável da Companhia de Jesus. As negociações de Dom João III, O Piedoso, junto a esta ordem missionária católica pode ser considerado um marco.

Foi João de Barros (1496-1571) quem escreveu a gramática portuguesa mais antiga, publicada em 1540. Junto com a gramática, publicou a Cartinha, que é um outro diminutivo de “carta”, ao lado da “cartilha”. O nome “cartinha” ou “cartilha” tem a ver com “carta”, no sentido de esquema, mapa de orientação.

A Cartinha de João de Barros trazia o alfabeto (em letras góticas, que eram as da imprensa da época); depois, vinham as “taboas” ou “tabelas”, com todas as combinações de letras que eram usadas para escrever todas as sílabas das palavras da língua portuguesa. Em seguida, havia uma lista de palavras, cada uma começando com uma letra diferente do alfabeto e ilustrada com desenhos. Por último, vinham os mandamentos de Deus e da Igreja, e algumas orações. João de

Barros incluiu, também, um gráfico que permitia fazer todas as combinações de letras das “taboas”.

A Cartinha de João de Barros não era um livro para ser usado na escola, uma vez que a escola, naquela época não alfabetizava. O livro servia, igualmente, para adultos e crianças. Para se alfabetizar, a pessoa decorava o alfabeto, tendo o nome das letras como guia para sua decifração, decorava as palavras-chave para pôr em prática o princípio acrofônico, próprio do alfabeto, e depois punha-se a escrever e a ler, interpretando, nas “taboas”, as sílabas da fala com a correspondente forma de escrita.

Segundo Colello (2004), no Brasil, depois da grande influência da Cartilha Maternal (1870) de João de Deus, apareceram inúmeras outras. O mais antigo, o método sintético (propunha que o aluno tinha de aprender primeiro as letras ou sílabas e o som das mesmas, para, depois, chegar a palavra ou frase) partia do alfabeto para a soletração e silabação, seguindo uma ordem hierárquica crescente de dificuldades desde a letra até o texto. Este método foi utilizado até o aparecimento da Cartilha Maternal. Já o método analítico (oferece ao aluno a totalidade, ou seja, palavras, frases ou pequenos textos, para que ele faça uma análise e chegue às partes, que são sílabas e letras) inicia-se com a Cartilha Maternal e vai assumir importância maior na década de 30, quando a psicologia passa a fazer testes de maturidade psicológica e a condicionar o processo a resultados obtidos nesses estudos. Exemplos típicos desse caso é a Cartilha do Povo (1928), e Branca Alves de Lima, que trazia o período preparatório.

Com base nos Parâmetros Curriculares Nacionais, e em específico da Língua Portuguesa, podemos perceber nitidamente que: “O domínio da língua, oral e escrita, é fundamental para a participação social e efetiva, pois é por meio dela que o homem se comunica, tem acesso à informação, expressa e defende pontos de vista, partilha ou constrói visões de mundo, produz conhecimento. Por isso, ao ensiná-la, a escola tem a responsabilidade de garantir a todos os seus alunos o acesso aos saberes linguísticos, necessários para o exercício da cidadania, direito inalienável de todos”. (PNN – Língua Portuguesa, p.15).

Segundo Soares (2000), “alfabetizar letrando significa orientar a criança para que aprenda a ler e a escrever levando-a a conviver com práticas reais de leitura e de escrita”. Para elucidar este processo de aquisição da língua escrita, buscamos

evidenciar as práticas e intervenções realizadas pela professora alfabetizadora na formação do sujeito letrado.

Portanto, neste estudo, vamos analisar as hipóteses de escrita construídas por duas crianças que, no ano de 2017, frequentam o 1º ano do ciclo de alfabetização do Ensino Fundamental na Escola M. 16 de Março, situada na zona rural no município de Cáceres- MT.

A partir de encontros semanais a professora da sala e a professora articuladora da turma formulavam atividades de leitura e escrita para aplicarem diariamente na rotina diária da turminha sendo, então, possível "planejar as atividades diárias garantindo que as de leitura tenham a mesma importância que as demais". (PCN - Língua Portuguesa, p. 58)

A rotina diária passou, então, a se iniciar com a leitura compartilhada realizada pela professora (textos da literatura infantil, informativos, músicas, poemas, entre outros).

Para os alunos não acostumados com a participação em atos de leitura, que não conhecem o calor que possui, é fundamental ver seu professor envolvido com a leitura e com o que conquista por meio dela. Ver alguém seduzido pelo que faz pode despertar o desejo de fazer também. (PCN - Língua Portuguesa, p. 58).

A professora aprendeu, também, a organizar a sua turma em duplas produtivas de trabalho:

De certa forma, é preciso agir como se o aluno já soubesse aquilo que deve aprender. Entre a condição de destinatário de textos escritos e a falta de habilidade temporária para ler automaticamente é que reside a possibilidade de, com ajuda dos já leitores, aprender a ler pela prática da leitura. Trata-se de uma situação na qual é necessário que o aluno ponha em jogo tudo que sabe para descobrir o que não sabe, portanto, uma situação de aprendizagem. Essa circunstância requer do aluno uma atividade reflexiva que, por sua vez, favorece a evolução de suas estratégias de resolução das questões apresentadas pelos textos. Essa atividade só poderá ser realizada com a intervenção do professor, que deverá colocar-se na situação de principal parceiro, agrupar seus alunos de forma a favorecer a circulação de informações entre eles, procurar garantir que a heterogeneidade do grupo seja um instrumento a serviço da troca, da colaboração e, conseqüentemente, da própria aprendizagem, sobretudo em classes numerosas nas quais não é possível atender a todos os alunos da mesma forma e ao mesmo tempo. A heterogeneidade do grupo, se pedagogicamente bem explorada, desempenha a função adicional de permitir que o professor não seja o único informante da turma. (PCN - LÍNGUA PORTUGUESA, p. 56).

E de acordo com a intenção da atividade, faz as variações, por exemplo: em uma atividade de escrita: alfabético (escriba) / pré-silábico (redator) ou silábico-alfabético/alfabético em que ambos compartilham a função de escrita.

As atividades realizadas com textos que os alunos sabem de cor também proporcionam momentos preciosíssimos de reflexões, uma vez que os alunos de escrita não-alfabética têm como tarefa a ordenação de frases ou palavras do texto.

Nas atividades de "leitura" o aluno precisa analisar todos os indicadores disponíveis para descobrir o significado do escrito e poder realizar a "leitura" (...) pelo ajuste da "leitura" do texto, que conhece de cor, aos segmentos escritos; (...) garante que o esforço de atribuir significado às partes escritas coloque problemas que ajudem o aluno a refletir e aprender . (PCN - Língua Portuguesa, p. 83).

Embora não leiam de forma convencional, os alunos utilizam-se de critérios para encontrar as palavras, como, por exemplo, identificando com que letra começa e/ou termina determinada palavra. E, depois de concluída as ordenações fazem o ajuste da leitura, uma vez que o texto já é de seu domínio oral. Para os alunos alfabéticos, a realização da tarefa dá-se com a montagem do texto com letras móveis (número exato de letras, sem sobrar alguma) ou a escrita do texto.

As propostas de escrita mais produtivas são as que permitem aos alunos monitorarem sua própria produção, ao menos parcialmente. As escritas de listas ou quadrinhas que se sabe de cor permite, por exemplo, que a atividade seja realizada em grupo e que os alunos precisem se pôr de acordo sobre quantas e quais letras irão usar para escrever. Cabe ao professor que dirige a atividade escolher o texto a ser escrito e definir os parceiros em função do que sabe acerca do conhecimento que cada aluno tem sobre a escrita, bem como, orientar a busca de fontes de consulta, colocar questões que apoiem a análise e oferecer informação específica sempre que necessário. (PCN - Língua Portuguesa, p. 84)

Ao término dessa atividade, os alunos podem compartilhar a escrita para se discutirem as questões ortográficas. É importante lembrar que, nessa atividade, a intervenção do professor é essencial, pois é a intervenção que leva os alunos à reflexão e ao avanço.

Uma vez por semana, acontecia a roda de leitura na qual os alunos faziam empréstimos de livros.

[...] periodicamente os alunos tomam emprestado um livro (do acervo de classe ou da biblioteca da escola) para ler em casa. No dia combinado, uma parte deles relata suas impressões, comenta o que gostou ou não, o que pensou, sugere outros títulos do mesmo autor ou conta uma pequena parte

da história para "vender" o livro que o entusiasmou aos colegas. (PCN - Língua Portuguesa, p. 63)

Também proporcionava momentos de escrita individual, em dupla e coletiva, em que a própria professora era a escriba.

III. ANÁLISE DA ESCRITA DE WENDEL

Daniel é uma criança de 6 anos que frequenta, neste ano de 2017, uma sala de aula juntamente com mais 20 colegas. Iniciaram o ano letivo, em fevereiro, nas seguintes hipóteses de escrita: 12 alunos na hipótese pré-silábica e 8 alunos na hipótese silábica com algum valor sonoro. Em abril, a professora sentiu a necessidade de realizar um diagnóstico dos alunos, e, para isso utilizou uma lista de animais. Wendel encontrava-se na hipótese pré-silábica e já sabia que a escrita tinha uma direção, que seqüências de letras são usadas para escrever, que coisas diferentes devem ter escritas diferentes e que é preciso um número mínimo de grafias para que algo esteja escrito (neste caso quatro letras). Como o primeiro diagnóstico, deixou dúvidas com relação à hipótese de escrita de alguns alunos da turma. Posteriormente, a professora realizou uma entrevista diagnóstica individual, quando, após cada palavra escrita, solicitava sua leitura para que pudesse identificar, com precisão, a hipótese de escrita. Percebemos um grande avanço na escrita de Wendel, que ora usa letras para representar as sílabas e ora as usa para representar os fonemas, ou seja, apresenta uma escrita silábico-alfabética.

Em meados de setembro, Wendel já se encontra na hipótese alfabética, isto é, sabe que cada um dos caracteres da escrita corresponde a um valor sonoro menor que a sílaba.

IV. ANÁLISE DA ESCRITA DE MARIA

Maria é uma criança de 6 anos que frequenta uma sala de aula com 22 alunos que iniciaram o ano letivo em fevereiro nas seguintes hipóteses de escrita: 16 alunos na hipótese pré-silábica, 2 aluno na hipótese silábica com valor sonoro, 3 alunos na hipótese silábica-alfabética e 1 aluno na hipótese alfabética.

Em abril, sua professora sentiu a necessidade de realizar um diagnóstico da turma, utilizando uma lista de animais.

Maria encontrava-se na hipótese pré-silábica e já sabia que a escrita tem uma direção, que se usam sequências de letras para escrever, que coisas diferentes devem ter escritas diferentes e que é preciso um número mínimo de grafias para que algo esteja escrito (nesse caso quatro letras). Neste ano letivo, Maria ainda não escrevia seu nome corretamente e percebemos que seu repertório de letras era bastante restrito, sendo composto de vogais e as consoantes C, B e M.

Infelizmente, ao realizar este primeiro diagnóstico, a professora propôs a atividade coletivamente, não tendo a oportunidade de acompanhar a leitura das palavras individualmente, dificultando a interpretação da escrita realizada por cada aluno. Como o primeiro diagnóstico deixou dúvidas com relação à hipótese de escrita de alguns alunos da turma, a professora realizou uma entrevista diagnóstica individual, quando, após cada palavra escrita, a professora solicitava a leitura para que pudesse identificar com precisão a hipótese de escrita. Percebemos um pequeno avanço na escrita de Maria que ainda se encontra na hipótese pré-silábica, mas seu repertório de letras aumentou. Em meados de setembro, Maria já se encontra na hipótese alfabética, isto é, sabe que cada um dos caracteres da escrita corresponde a um valor sonoro menor que a sílaba.

Ao concluirmos este estudo de casos percebemos como a relação da criança com a diversidade de textos, seja como ouvinte, como redator ou como leitor, enriquece significativamente o processo de aquisição da língua escrita. Nesse processo, o professor-letrador é o mediador desta relação sendo modelo de leitor, aquele que colabora para a formação de um sujeito letrado, de um futuro bom leitor.

Se nos remetermos aos caminhos trilhados pela alfabetização aos longos dos anos, verificamos que estes foram marcados pela memorização, "decoreba", cópia e descontextualização. E essas são marcas que não fazem mais sentido neste processo, pois, no contexto atual a ênfase está na relação da criança com a textualização do mundo social.

Do que precisamos, verdadeiramente, é conscientizar o professor alfabetizador, pois somente quando ele tiver consciência da importância de seu papel, na formação do educando em seu exercício das práticas sociais de leitura e escrita na sociedade em que vive, é que vai romper com paradigmas tradicionais e perceber que não basta alfabetizar. Hoje os nossos alunos necessitam de um processo de aprendizagem que focalize o alfabetizar letrando.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso que seguimos, compreendemos que Alfabetização e Letramento andam juntos, bem como as relações entre leitura e escrita que os representam como aprender a ler e escrever. O professor se vê em apuros muitas vezes quando se depara com crianças que apresentam dificuldades na leitura e na escrita. O melhor é manter-se calmo e procurar trabalhar o alfabetizar letrando na formação do sujeito letrado.

O trabalho de Soares (2000) se mostra bastante útil para a aprendizagem, que é focalizar no alfabetizar letrando, onde irá orientar a criança para que aprenda a ler e escrever levando a conviver com práticas de leitura e de escrita.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetizando sem o bá-bé-bi-bó-bu**. São Paulo: Scipione, 1998.

COLELLO, Silvia M. Gasparian. **Alfabetização e Letramento**: repensando o ensino da língua escrita. Disponível em: <<http://hottopos.com/videtur29/silvia.htm>> Acesso em: 30 out. 2004.

FREIRE, Paulo; MACEDO, Donaldo . **Alfabetização**: leitura do mundo, leitura da palavra. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MEC. Parâmetros curriculares nacionais: *língua portuguesa*. Brasília, 2001.

MELLO, Maria Cristina; RIBEIRO, Amélia Escotto do Amaral. **Letramento**: significados e tendências. Rio de Janeiro: Wak, 2004.

PEIXOTO, Cynthia Santuchi et al. **Letramento você pratica?** Disponível em: <<http://www.filologia.org.br/viicnlf/anais/caderno09-06.html>> Acesso em: 30 out. 2004.